

4

Aspectos sintáticos-semânticos

Como vimos no capítulo 2, embora as realizações dos verbos *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* apresentem a mesma estrutura sintática, as definições de objeto direto ou adjunto adverbial, apresentadas pela tradição gramatical para os elementos frásicos à direita desses verbos, não se justificam.

Em outras palavras, uma análise da estrutura morfo-sintática não dá conta da descrição dos fatos da língua, ou seja, os processos utilizados para a identificação dos complementos – a interrogação, a pronominalização, a apassivização, etc. – mostram que não se tratam de complementos diretos. Em suma, uma análise puramente sintática não contempla o relacionamento semântico dos elementos frásicos que complementam os verbos *medir*, *pesar*, *custar*, *durar*, etc.

O que se objetiva mostrar aqui é a existência de relações semânticas estabelecidas pelos predicadores em questão e seus complementos, o relacionamento dos significados lexicais dos complementos entre si e destes com o predador para que as realizações dos predicadores possam ser gramaticais.

Em outras palavras, os verbos aqui estudados condicionam a função sintática e semântica que seus complementos ou actantes desempenham no estado de coisas implicado no seu significado. Há, portanto, escolhas de ordem sintática, semântica e pragmática que são estabelecidas pela valência desses predicadores.

Neste capítulo, passarei a descrever os fatos da língua no que tange a algumas das realizações dos verbos *medir*, *pesar*, *custar* e *durar*.

Para uma análise um pouco mais aprofundada identificarei os semas e os usos diferentes e os traços sintáticos-semânticos também distintos desses predicadores e seus complementos.

Para o cumprimento de tal objetivo, farei uso da teoria da gramática de valências, pois esta teoria se distingue da gramática tradicional pelo fato de

considerar o verbo o elemento central da frase. É o verbo que determina os elementos frásicos que se posicionam à sua esquerda e direita, isto é, é o verbo que especifica o tipo de sujeito que ele aceita, assim como o tipo de complementos ou até se há ou não esses complementos, resultando assim em restrições semânticas, ou seja, delimitações de significado que são responsáveis pela possibilidade ou impossibilidade de determinadas formas ocorrerem relacionadas a outras.

Na visão da gramática de valências, o verbo atribui aos participantes uma determinada função sintático-semântica, das quais resultam relações sintáticas e semânticas com seus complementos no interior da proposição¹, manifestando uma determinada situação lingüística a partir de uma dada visão. Isto é, o verbo é o núcleo. É a partir dele que se estabelece o *estado de coisas*, a perspectiva a partir da qual se definirá a proposição.

Os enunciados são representações dos estados de coisas. Estes estados de coisas são relações estabelecidas entre coisas ou “propriedades de coisas, ou relações entre relações, etc. [...] Trata-se de um ‘relacionar-se’ infindo”(Vilela, 1992, p.46).

Este capítulo está dividido em 7 seções sendo a primeira seção constituída de alguns dos conceitos da gramática de valências para a descrição das questões lingüísticas aqui estudadas, e a segunda, com os conceitos que Borba apresenta no seu dicionário. Na terceira seção desenvolve-se a análise de algumas das realizações dos verbos objeto deste estudo.

Tal análise terá como base teórica a *Gramática de Valências* de Mário Vilela e Winfried Busse (1986), a *Gramática de Valências* de Mário Vilela (1992), a *Gramática da Língua Portuguesa* de Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch (2001) e *An Introduction to Functional Grammar* de M. A. K. Halliday (1985), assim como alguns conceitos desenvolvidos em Francisco da Silva Borba em seu *Dicionário Gramatical de Verbos do Português do Brasil* (1991).

¹ Entendo como proposição “a estrutura do predicado com os participantes semanticamente especificados” (Vilela e Kock, 2001, p.30).

4.1

A teoria da gramática de valências

Para Vilela e Koch (2001, p.286), as possibilidades de uso e combinação dos elementos da língua só são possíveis porque há relações sintagmáticas e paradigmáticas que se estabelecem entre esses elementos. Em outras palavras, os elementos lingüísticos se interrelacionam através dessas relações, as quais são determinantes para que as estruturas daí resultantes sejam gramaticais e aceitáveis pelos falantes da língua.

Há também as relações sintagmáticas léxico-semânticas que dizem respeito às compatibilidades semânticas dos elementos lingüísticos, ou seja, a possibilidade desses elementos co-ocorrerem num mesmo dado contexto por transportarem pressupostos semânticos que permitem a sua combinação (Idem, p.287).

É a partir dessas relações sintagmáticas, paradigmáticas e léxico-semânticas que se estabelecem o sentido e a construção de frases e textos. As palavras² transportam um conjunto de pressupostos semânticos que exigem, prevêem e restringem a co-ocorrência de outros elementos lingüísticos.

Essa co-ocorrência se dá pelo que se chama a característica valencial das unidades lingüísticas ou lexemas.

Valência é a capacidade que um dado lexema (palavra) tem, por força do seu significado lexical, de abrir à sua volta um determinado número de lugares vazios e de prever a natureza e a forma dos termos que podem ou devem preencher esses lugares (Vilela e Koch, 2001, p.305).

Em outras palavras, valência é a propriedade de um determinado elemento lingüístico permitir, exigir ou excluir outros elementos para co-ocorrerem com ele numa determinada realização frásica.

A valência do predador ou valência verbal determina o número de complementos, sua qualidade sintática e semântica, ou seja, as possibilidades de combinação dos complementos possíveis nas realizações do modelo frásico. A

² Por palavra entendo ser “uma das unidades básicas da língua, em que a dupla vertente significado e significante desempenha um papel relevante” (Vilela e Koch, 2001, p.56).

valência verbal “condiciona a natureza e a forma das categorias sintáticas que podem ocorrer como realização dos respectivos lugares vazios” (Vilela, 1992, p.37).

Para exemplificar o acima dito, analiso a frase 76:

76 - *A cenoura fala.

A frase 76 comprova que a relação exclusiva que o complemento *a cenoura* apresenta com o seu regente o verbo *falar* é fator determinante para a aceitação ou não dessa realização pelos falantes da língua.

Em outras palavras, a valência do verbo *falar* apresenta pressupostos semânticos que exigem que o elemento à sua esquerda apresente traços [+animado] para que a frase seja uma seqüência comunicativa. O termo que realiza o espaço à esquerda do processo designado pelo verbo *falar* só pode ser ‘seres vivos’, os únicos capazes de falar.

É importante mencionar o fato de que em sentido figurado essa frase poderia ser aceita pelos falantes em um contexto em que alguém tivesse comido muita cenoura e estivesse sentindo um certo desconforto estomacal e dissesse: “A cenoura fala”, ou seja, está presente, denuncia-se, pode-se senti-la no estômago.

É nesse sentido que afirmo que o dinamismo estruturante do predador possibilita a escolha dos seus complementos regulando a combinação dos significados lexicais das palavras, permitindo uns e excluindo outros, ou seja, determinando restrições de significado. O predador estabelece os traços semânticos que seus complementos devem apresentar para que as realizações frásicas sejam gramaticais.

Esses elementos significativos dos verbos como centro estrutural da frase estabelecem quais os traços semânticos que devem apresentar os complementos (inclusive o sujeito) (Vilela, 1992, p.40).

Quando esses complementos que também chamo proposicionais ou simplesmente argumentos se encontram no âmbito do dinamismo verbal, ou seja,

Por enunciado entendo que “constituem uma unidade comunicativa, julgada e interpretada pela sua finalidade, e as frases são unidades gramaticais julgadas pela sua correção” (id em, p.29).

pertencem ao quadro frásico do verbo, como é o caso de *a cenoura* (exemplo 76) são denominados *actantes* (ou simplesmente complementos) e os que se encontram para além do dinamismo proposicional do verbo, chamam-se *circunstantes* (*domingo de manhã* no exemplo 77) (Vilela, 1992, p.32).

77 – Marcos telefonou para Maria *domingo de manhã*.

Um outro fato interessante é que, muitas vezes, elementos frásicos que a tradição gramatical costuma classificar de adjunto adverbial, a gramática de valências trata como complementos adverbiais do verbo. Esses complementos pertencem ao quadro frásico do verbo, portanto são actantes, não podendo ser retirados da frase sob pena de torná-la inaceitável pelos falantes.

78 – Ela vive *em Coimbra*.³

O verbo *viver*, aqui realizado no sentido de *morar*, abre um espaço à direita para a sua complementação semântica. *Em Coimbra*, portanto, é um complemento que pertence à valência do verbo *viver* e é, dessa forma, para a gramática de valências, um *actante*.

Os actantes podem ser *obrigatórios* ou *facultativos*, ambos pertencentes à valência do verbo. Os complementos facultativos são os que podem ser suprimidos da frase sem prejuízo de sua compreensão. Para que se possa diferenciar os actantes obrigatórios dos actantes facultativos, aplica-se o teste da *omissão* ou *supressão* do actante.

79 – Paula escreveu uma carta para sua mãe.

A valência do verbo *escrever* abre 3 lugares vazios ou actantes, porém quando da sua realização não há obrigatoriamente a necessidade de se preencherem todos os

³ Para a tradição gramatical, *em Coimbra* poderia ser classificado como complemento circunstancial de natureza adverbial (Rocha Lima, 2000, p.252), ou adjunto adverbial de lugar (Cunha & Cintra, 1985, p.149) e a maior parte dos outros gramáticos.

espaços. É perfeitamente possível realizar o verbo *escrever* com apenas 2 lugares preenchidos sem que o não preenchimento do terceiro lugar afete a compreensão do enunciado ou o torne agramatical.

No caso do exemplo com o verbo *escrever* temos:

80 – Ela *escreveu* uma carta.

81 – Ela *escreveu* para a sua mãe.

Aqui se verifica que não foi preenchido o espaço 3 no primeiro exemplo e no segundo o espaço 2, no entanto, não há prejuízo do sentido, tampouco as frases acima se tornaram agramaticais.

Já no caso do exemplo abaixo, temos a exemplificação de circunstantes.

82 – Ela *escreveu* bem/diariamente/ no quadro, etc.

Na teoria de valências, os complementos do verbo não são designados lexicalmente no próprio verbo, fora do seu uso na frase. Sendo assim, o não-preenchimento do ‘lugar’ do complemento do verbo *escrever*, na realização do exemplo 82, foi possível, porque esse verbo vem modificado por um termo como *bem/diariamente/no quadro* que é um elemento de natureza adverbial, portanto não se trata de um actante e sim de um circunstante.

Para que se possa comprovar que *bem/diariamente/no quadro* são circunstantes, faz-se uma reformulação por meio de um pro-verbo como *fazer, acontecer*, etc.

83 – Ela *escreveu* e fê-lo *bem*.

Esse critério de reformular a frase por um pro-verbo mostra que a relação do circunstante *bem* com o verbo *escrever* e o seu actante *ela* é de natureza coordenativa. Esse circunstante é *Modal* e apresenta uma ligação estreita com o verbo *escrever*.

O circunstante temporal *diariamente* situa todo o estado de coisas no tempo e o circunstante locativo *no quadro* restringe o estado de coisas a um determinado ponto do espaço.

A partir de agora, vamos considerar a frase como uma unidade lingüística construída a partir do predicator, ou seja, a partir da valência verbal serão analisados os elementos frásicos exigidos pelo verbo, sua qualidade, isto é, suas características ou traços sintáticos e semânticos, assim como a relação estabelecida por e entre eles.

A valência verbal indica os lugares vazios ou argumentos determinando as propriedades sintáticas dos elementos que preencherão esses lugares, suas propriedades semânticas ou restrições de seleção e as funções semânticas desses termos na frase a qual passa, então, a ser um estado de coisas, isto é uma proposição.

Por restrição de seleção entende-se o fato de o verbo determinar a classe semântica a que os termos devem pertencer. As funções semânticas são os valores semântico-relacionais assumidos pelos actantes relativamente ao verbo. A valência sintática indica a ocupação obrigatória ou facultativa dos lugares vazios e determina as propriedades morfo-sintáticas dos diferentes actantes.

A partir da valência, o lexema verbal “configura um acontecer, um estado, uma relação ou a propriedade de um acontecimento (ou de uma classe de acontecimentos) (Vilela e Kock, 2001, p.366).

Nessa visão, o predicator é o portador básico da valência, constituindo assim o topo da hierarquia da frase, ou seja, o centro sintático-semântico que estabelecerá a dependência dos demais elementos frásicos. Em outras palavras, o predicator determinará a dependência de seus actantes e circunstantes, ou seja, aquelas propriedades implicadas no próprio significado do predicator, embora nem todos os actantes, muitas vezes, sejam obrigados a serem realizados, como vimos antes.

4.2

O dicionário gramatical de Francisco Borba

Como estarei utilizando conceitos apresentados por Borba em seu *Dicionário Gramatical de Verbos do Português do Brasil*, faz-se necessário que alguns desses conceitos sejam aqui explicitados para fins de melhor visualização de seu uso.

Para Borba, os verbos e seus sujeitos podem ser:

1. Tipos de verbos

- (a) *ação* – “atividade expressa pelo verbo e realizada pelo sujeito *agente*. O verbo de *ação* indica, assim, um *fazer* por parte do sujeito” (p. XVII).
- (b) *ação-processo* – “expressão de uma ação realizada por um *sujeito agente* e/ou de uma *causação* levada a efeito por um *causativo*, que afetam um complemento. A *ação-processo* sempre atinge um complemento que expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição ou então, algo que passa a existir. No primeiro caso, o complemento é um *afetado* e, no segundo, um efetuado. Os verbos de *ação-processo* são também chamados de *mudança de estado* ou *causativos*” (p. XVII).
- (c) *estado* – “expressão de uma propriedade, de uma condição ou de uma situação localizadas no sujeito” (p. XIX).

2. Tipos de sujeitos

- (a) sujeito *agente* – “é o que por si mesmo desencadeia uma atividade (física ou não) sendo origem dela e seu controlador. É, portanto, o que realiza ou instiga a ação expressa pelo verbo que funciona como núcleo do predicado. Constitui-se de um nome marcado pelo traço *animado*” (p. XX).

- (b) sujeito *beneficiário* – “é aquele que é sede da transferência de posse ou destinatário de um benefício” (p. XX)
- (c) sujeito *causativo* – “é o que provoca um efeito ou, então, é o responsável pela realização do estado de coisas indicado no verbo. [...] Expressa-se por um nome *não animado* (abstrato/concreto). Superficialmente, pode também realizar-se por uma oração infinitiva que, entretanto, constitui truncamento de um nome *abstrato complexo*; ou por nome *animado* no lugar de seu atributo” (p. XX).
- (d) sujeito *experimentador* – “é aquele que expressa uma experiência ligada a uma disposição *mental*, uma *sensação*, uma *emoção*, uma *cognição*”.
- (e) sujeito *factitivo* – “é o que instiga ou estimula uma ação, isto é, o que comanda um *agente*. A construção factitiva traz sempre explícito ou implícito um modalizador factitivo do tipo *fazer*, *mandar*”.
- (f) sujeito *inativo* – “suporte de uma propriedade, condição ou situação expressa pelo predicado”.
- (g) sujeito *paciente* – “é o *afetado* por aquilo que o verbo expressa. É o que sofre uma mudança de *estado*, *condição* ou *posição*”.

4.3

A teoria valencial na prática

4.3.1

Os predadores *medir* e *pesar*

Como verificamos no capítulo 2, os verbos *medir* e *pesar* apresentam entradas lexicais diferentes, resultantes de sua polissemia, ou seja, esses predadores se

realizam em duas classes semânticas diferentes, a classe semântica da *ação* e a classe semântica de *estado*. Em cada uma dessas realizações o significado inerente (ou sema) desses predicadores determina os traços sintáticos-semânticos dos seus complementos A1 (Actante1 ou Argumento1) e A2 (Actante2 ou Argumento2), respectivamente sujeito e objeto direto ou adjunto adverbial para a tradição gramatical.

84 – O engenheiro *mediu* a ponte.

85 – Ramalho *pesou* o açúcar.

As frases 84 e 85 exemplificam os verbos *medir* e *pesar* em sua realização acional. Em outras palavras, essas realizações demonstram que há uma *atividade* implícita na semântica desses predicadores (Borba, 1991). Para que essa atividade seja possível, A1 deve apresentar traços de *agente* da *ação* e A2 traços de algo mensurável, “o que é que pode ser medido”, “o que é que pode ser pesado”, estabelecendo, dessa forma, uma relação sintático-semântica entre os complementos A1 e A2, mediada pelo predicador.

Ao classificar os predicadores *medir* e *pesar* como verbos de *ação*, Borba está baseado na teoria de que “um verbo de ação contém sempre o traço *atividade* relacionado com um sujeito agente”, ou seja, há “um *fazer* por parte do sujeito”. Em outras palavras, as relações sintático-semânticas dos predicadores são estabelecidas entre o predicador e seus complementos ou argumentos, o que quer dizer que se A1 for *ativo*, o predicador é um verbo de *ação* (Idem, p. XII).

A valência dos predicadores *medir* e *pesar*, em sua realização acional, indica quais e que espécie de complementos esses predicadores podem (ou devem) ter nas suas realizações frásicas. O lexema que pode preencher A1, só pode ser um “ser vivo” uma vez que esse A1 tem uma relação semântica de *agente* diretamente relacionada com A2, e o lexema que pode preencher A2 só pode ser algo mensurável (concreto ou abstrato), *a ponte* e *o açúcar*.

O principal traço de A1 é o [+agentivo], ou seja, o A1 *O engenheiro* e *Ramalho* são os agentes da ação definidos pelo traço de [+animado + intencional +

voluntário] e o A2 são os participantes que designo *objeto afetado* (Vilela e Kock, 2001, p. 361).

Nestes casos também se incluem exemplos em sentido figurado como *O rapaz mediu as conseqüências de seus atos*. Nesta realização, o predador *medir* equivale a *avaliar* e também se realiza como verbo de ação, sendo assim, os traços semânticos do predador e de seus complementos são semelhantes aos dos exemplos 84 e 85.

A partir de agora, passarei a analisar as realizações dos predadores *medir* e *pesar*, nas quais esses verbos comportam em sua valência complementos de medida e peso. Essas realizações apresentam um comportamento sintático semelhante à sua realização *acional*.

86 – A ponte	<i>mede</i>	14 km.
87 – A mala	<i>pesa</i>	30 kg.

A valência verbal dos predadores *medir*, *pesar*, nos exemplos 86 e 87 condiciona que a escolha de A1 seja feita por algo ‘mensurável’ e A2 seja de natureza numérica ou com um significado numérico para que sua realização seja aceitável pelos falantes, ou seja, para que se realize.

Segundo Borba, nesses exemplos, os predadores *medir* e *pesar* estão em sua classe semântica de *estado*⁴. Para o autor, os verbos *medir* e *pesar* em sua realização semântica de *estado* especificam a condição de A1 e, portanto, pedem que esse espaço seja preenchido por um lexema que apresente traços [+inativo], ou seja, um complemento expresso por nome concreto passível de ser medido ou pesado, *A ponte* e *A mala*, que são ‘pacientes’ da ação realizada. Ainda neste sentido, os predadores *medir* e *pesar* prevêm para A2 um especificador ou quantificador, complemento esse expresso por nome designativo de quantidade numérica significando *ter a medida* ou *ter o peso*. Aqui, *A ponte* e *A mala* são suportes da situação descrita pelos predadores, A1 é ‘paciente’ da situação expressa por esses predadores.

⁴ Cabe ressaltar que para a tradição gramatical são considerados verbos de estado somente os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *parecer* e similares.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que é o predicator, no caso os verbos *medir* e *pesar*, que prevê e condiciona, de forma quase total, a possibilidade de combinação dos seus complementos, ou seja, as chamadas restrições de seleção, para que possam surgir realizações frásicas gramaticais.

Portanto, não há possibilidade de co-ocorrerem os seguintes lexemas com o lexema verbal *medir*, *pesar*:

88 - *A mala	<i>mediu</i>	a mesa.
89 - *A mala	<i>pesou</i>	a carne.
90 - *A mala	<i>mediu</i>	3 kg.
91 - *A mala	<i>pesou</i>	3 km.

Com A1 *inativo*, expresso por nome abstrato ou humano, o predicator *pesar* também pode designar *ter muito peso*, *ser pesado* (exemplo 92 abaixo) e nesse caso é considerado verbo intransitivo pelos compêndios gramaticais. Esta realização não está sendo analisada nesta dissertação.

92 – A mala pesa.

4.3.2

Os predadores *custar* e *durar*

Segundo a classificação de Borba, o verbo *custar*, quando em seu sentido de *ter o custo de*; *ter o valor de*, como nas frases abaixo, indica *estado*.

30 – A pulseira	<i>custou</i>	10.000 reais
31 – A viagem	<i>custou</i>	uma verdadeira fortuna.

Nessa classe semântica, o predicator exprime uma propriedade, uma condição ou uma situação localizada em A1 *A pulseira* e *A viagem*.

Nesses casos, pode-se observar que há uma propriedade de valor envolvida na relação sintático-semântica do predador com seus complementos A1 e A2. Nessa classe semântica esse predador pede um A1, *inativo*, ou seja, [-humano], [+concreto] e abre espaço para um item lexical para A2 que designa preço ou valor numérico ou sentido equivalente *10.000 reais/ uma verdadeira fortuna. A pulseira e a viagem* têm um determinado valor a elas atribuído.

Com relação aos exemplos 32 e 33, o predador *custar* significa *exigir como pagamento* e não está seguido de um item lexical que designa explicitamente o preço ou valor numérico, mas por sintagmas nominais que exprimem o mesmo sentido, ou seja, um sentido equivalente a valor.

- 32 – Este diploma *custou* um grande sacrifício a meu pai.
 33 – Seu gosto pela velocidade *custou-lhe* a vida.

Nestes casos, a valência do verbo *custar* pede um A1, *inativo* com traços semânticos [- humano] e abre dois espaços para complementação, a saber: A2 para ser preenchido por um complemento expresso por nome [+abstrato] designativo de valor ou um sintagma nominal com sentido equivalente e um espaço A3 para ser preenchido com um *beneficiário*, da forma *a + nome humano*.

A entrada lexical do verbo *durar* nos dá a noção de existência no tempo. Pelos traços sintático-semânticos desse predador nas frases 34 e 35 estamos diante de um verbo que indica *estado*, segundo Borba. Em outras palavras, o predador *durar* expressa uma condição ou situação localizada em A1 e no complemento à sua direita, A2, o fato do tempo decorrido.

- 34 – A excursão *durou* seis semanas.
 35 – O discurso *durou* mais de duas horas.

Verifica-se que a valência do verbo *durar* abre espaço para A1, *inativo* expresso por nome [+abstrato] e pede para a sua complementação semântica à direita,

A2, a presença do elemento designativo de tempo *seis semanas e mais de duas horas*.

Essa possibilidade se dá de forma mais fácil por se tratarem de predicadores que apresentam uma propriedade, condição ou uma situação expressa por A1. No caso dos predicadores *custar* e *durar* percebe-se que a relação sintático-semântica do predicador com seus complementos é uma relação que diz respeito a elementos frásicos que apresentam traços semânticos [- humano] para A1, e traços semânticos relacionados com valor e tempo decorrido para A2, respectivamente.

Uma questão muito interessante a ser abordada também é a possibilidade de substituição de A2 dos predicadores *custar* e *durar* por palavras como *muito*, *pouco*, *o suficiente*, etc.

93 – A pulseira custou *muito/pouco*.

94 – A viagem custou *muito/pouco*.

95 – Este diploma custou *muito/pouco*.

96 – Seu gosto pela velocidade custou *muito/pouco*.

97 – A excursão durou *muito/pouco*.

98 – O discurso durou *pouco/o suficiente*.

Para Bomfim (1988, p.8), quando “não há incidência de *muito* e *pouco* sobre o verbo, mas sobre o resultado ou a conseqüência do processo verbal”, tratar-se-á de pronomes indefinidos. De acordo com esse ponto de vista, *muito/pouco* estariam preenchendo o espaço relativo ao valor ou à duração.

No caso dos exemplos 93 a 98 *muito* e *pouco* referem-se ao valor da pulseira e da viagem e não ao processo verbal *custar*, assim como no caso do verbo *durar*, *pouco* e *muito* se referem à duração da *excursão* e do *discurso*.

Para Bechara (2001, p.446), *muito*, *pouco*, *demasiado*, *bastante*, são termos argumentais importantes na complementação do sentido expresso pelos verbos transitivos.

Após esta breve descrição dos predicadores selecionados como modelos de uma determinada situação lingüística, ou seja, a da complementação dos verbos por

elementos frásicos que designam *medida*, *peso*, *preço* e *duração*, percebe-se que esses predicadores transportam em seus semas as indicações sobre os elementos frásicos que podem co-ocorrer como seus argumentos no estado de coisas implicado no seu significado, determinando assim sua estrutura sintática e semântica.

Essas peculiaridades relativas a esses predicadores que os diferenciam dos demais verbos de complementação sem mediação de preposição me instiga e intriga a ponto de não me permitir parar aqui mas, ao contrário, seguir buscando uma reflexão mais aprofundada a fim de que se possa descrever com mais precisão o que ocorre com essas estruturas.

4.4

A ergatividade

Um outro aspecto a ser observado com relação aos predicadores aqui estudados é se eles podem ser identificados como verbos *ergativos*.

Mira Mateus et Alii (1989, p.172-174) definem os verbos *ergativos* ou *inacusativos* como aqueles cujo esquema característico é o de ser um verbo de um lugar o qual é preenchido pelo argumento nuclear SU (sujeito). As autoras também chamam a atenção para o fato de que o SU compartilha propriedades significativas com o argumento interno dos verbos transitivos.

Um outro aspecto que as autoras ressaltam é que nas construções com verbos *inacusativos* o SU, assim como o argumento interno (objeto direto) dos verbos transitivos, admitem a construção de particípio absoluto. Seus exemplos são os seguintes:

99 – Chegado João. João chegou.

100 – Revistas as provas. João reviu as provas.

Uma outra característica para identificação de verbos *ergativos*, segundo Mira Mateus et Alii, é a possibilidade de suas formas participiais poderem ocorrer em

posições predicativas e atributivas nas construções predicativas e não poderem ser a entrada de nominalizações em – or. Os exemplos fornecidos encontram-se abaixo:

- 101 – O rapaz está *desmaiado*.
 101a – O rapaz *desmaiado*.
 102 – A janela está *fechada*.
 102a – A janela *fechada*.
 103 – Chegar - **chegador*
 104 – Desmaiar - **desmaiador*
 105 – Naufragar - **naufragador* (Idem, p.174)

Segundo essas autoras, são verbos inacusativos: acontecer, aparecer, cair, chegar, crescer, desaparecer, desmaiar, morrer, nascer, ocorrer e surgir.

Para Lyons (1979, p.371-372), há autores que consideram um dos traços importantes da ergatividade a distinção ‘ator’-‘meta’. Esses autores identificam um paralelismo sintático entre a ‘meta’ de um verbo transitivo, e o sujeito de um verbo intransitivo correspondente.

- 106 – A pedra moveu-se.
 107 – João moveu a pedra.

No exemplo 106, *a pedra* é o sujeito da frase intransitiva ou reflexiva. No exemplo 107 *João* é o ‘ator’ ou ‘agente’ responsável por movimentar *a pedra* e esta, por conseguinte, é o substantivo-‘meta’. Segundo Lyons, é esse relacionamento sintático que é denominado *ergatividade*, ou seja, o sujeito de um verbo intransitivo ou reflexivo passa a objeto de um verbo transitivo correspondente e um novo sujeito ‘ergativo’ é introduzido como ‘agente’ ou ‘causa’, neste caso *A pedra* da frase 106. Em outras palavras, sintaticamente, uma frase transitiva pode derivar de uma frase intransitiva ou reflexiva, através de uma transformação ‘ergativa’.

Lyons chama a atenção para o fato de que se partirmos de um ponto de vista nocional, o sujeito ‘ator’ e a meta ‘paciente’ conflitam quando ficamos diante de

frases passivas como no exemplo abaixo. Sintaticamente, Guilherme é ‘paciente’ ou ‘meta’ e o sujeito gramatical é João, ‘ator’ do verbo *matar*, na frase 108. O substantivo-‘meta’ da frase passiva 109 é *Guilherme*. O agente causativo ou ergativo é um substantivo animado *João* e não *Guilherme*..

108 – João matou Guilherme.

109 – Guilherme foi morto por João.

Para Vilela (1992, p.53), os verbos *medir*, *pesar*, *durar* etc., nas suas realizações não-acionais, embora obedeçam a alguns dos critérios dos verbos ergativos, como a impossibilidade de apassivização, não podem ser considerados como tais. Apesar de mencioná-los, o autor não faz uma análise específica desses predicadores. Quanto aos critérios para a identificação de verbos ergativos, o autor considera problemático, por exemplo, identificar os sujeitos ergativos como objetos profundos nas construções transitivas.

Segundo Vilela, os verbos ‘ergativos’ apresentam um A1 com traços de ‘paciente’, isto é, ‘ausência de controle’ sobre o acontecer ou sobre a mudança de estado ou de lugar implicados no significado do predador.

Um outro aspecto que o autor também defende é uma graduação para a ergatividade, ou seja, os verbos ergativos distinguiriam-se dos verbos intransitivos por apresentarem um grau menor de transitividade. Nesse sentido, o autor aponta que a impossibilidade de apassivização não seria o determinante para a existência ou não de ergatividade, acrescentando que “a ergatividade está ligada à presença da agentividade ‘forte’ do sujeito”. Vilela exemplifica com os verbos de ‘movimento corporal’ como *menear (a cabeça)*, *ajoelhar*, *tossir*, *espirrar*, *acenar*, etc. que são não-controlados pela vontade humana, porém não podem ser apassiváveis.

Vilela chama a atenção para o fato de que atribuir aos verbos ergativos a impossibilidade de a partir de seu sujeito se formar um deverbal em – *or* pode delimitar os autênticos ergativos, uma vez que a ausência do traço de apassivização pode ser completada pela presença/ausência de deverbais como *dançarino*,

trabalhador, corredor, comprador, bebedor, pintor, etc. que são agentes capazes de ação (Idem, p. 54).

Uma outra análise desenvolvida para a identificação dos traços de ergatividade é a presença de ‘ator’ em construções frásicas ditas ergativas, mas que, nesses casos, o estado de coisas aconteceria mesmo sem intencionalidade. Os exemplos fornecidos pelo autor são os seguintes:

110 – Eu parti a garrafa.

110a – A garrafa partiu.

112 – Eu rasguei as calças.

112a – As calças rasgaram.

114 – Deixei queimar a carne.

114a – A carne queimou.

Ainda segundo Vilela, há construções frásicas em que não há possibilidade da presença de ‘ator’ ou ‘interessado na ação’, como nas frases a seguir:

113 – Eu limpei a cozinha.

113a - ???A cozinha limpou-se.

114 – Eu reguei as rosas.

114a - ???As rosas regaram-se.

A última observação do autor quanto aos verbos ergativos diz respeito à convergência que o ‘objeto direto’ faz com os verbos intransitivos tradicionais. Os exemplos abaixo comprovam essa idéia de Vilela:

115 – Ele morreu uma morte heróica.

116 – Ele caiu de uma queda mortal.

117 – Ele andou um caminho perigoso.

Em resumo, para o autor, os verbos ergativos são aqueles em que o A1 não tem qualquer controle sobre o processo e aqueles que apresentam impossibilidade de apassivização e de derivação deverbal agentiva. Os verbos ergativos apresentam traços nítidos de A1 ‘paciente’, designando mudanças de estado ou de lugar do seu A1 (ibidem, p.55).

Mais adiante na página 65, o autor define como ‘construções ergativas’ aquelas em que o A2 ocorre como A1 nas realizações não transitivas de verbos transitivos e fornece exemplos com os verbos *queimar*, *rasgar* e *partir*. Nessas realizações, as ergativas, pode-se depreender o agente responsável pela ação, mas a ação pode ser explicada sem recurso a esse agente. Nas realizações em que o A2 apresenta traços [+humano] ou [+animado] pode-se ter a idéia de *agencialidade* na realização ergativa (exemplos 121, 121a, 122, 122a).

118 – A cozinheira queimou o bolo.

118a – O bolo queimou.

119 – Ele rasgou as calças.

119a – As calças rasgaram.

120 – Ele partiu o vaso.

120a – O vaso partiu.

121 – A experiência amadureceu Alberto.

121a – Alberto amadureceu com a experiência.

122 – O camionista virou a camioneta para a direita.

122a – A camioneta virou para a direita.

Para Vilela, há predicadores que apresentam construções transitivas e ergativas, numa relação de (quase) sinonímia entre a transitiva e a factitiva (construção com a completiva *fazer com que*). Em ambas há um ‘agente’ que é o controle exterior sobre o processo verbal, no entanto, nos casos (124 e 124a) em que há uma ação intencional, não é possível a construção ergativa:

123 – A tripulação ancorou o navio na enseada.

123a – A tripulação fez o navio ancorar na enseada.

123b - O navio ancorou na enseada.

124 – Eu reparei o furo.

124a - *O furo do pneu reparou.

O autor resume os pontos importantes como sendo os seguintes: o ‘paciente’ é sempre ‘afetado’ e esta ‘afetação’ é causada pelo agente como resultado de sua ação ou pelo próprio processo em si, que é o caso de *O vaso partiu*.

O que se pode depreender das lições dos autores abordados acima, a saber, Mira Mateus et Alii, Lyons e Vilela, é que há pontos em comum e divergências entre eles. Por exemplo, para Mira Mateus et Alii e para Lyons, os verbos ergativos são predicadores de um só lugar, cujo A1 compartilha propriedades significativas com o A2 de verbos transitivos correspondentes. Esta última característica Lyons trata como a distinção entre ‘ator’-‘meta’. No que tange aos predicadores objeto deste estudo, estes autores não os tratam especificamente.

Já Vilela menciona os predicadores aqui estudados explicitamente como verbos não ergativos, embora eles não admitam a passiva, mas também não segue analisando-os. O autor apresenta apenas os critérios para a identificação de verbos ergativos e, na primeira abordagem, não concorda com o aspecto do paralelismo sintático identificado por Mira Mateus et Alii e por Lyons:

[...] tornar-se-á problemático perguntar se os sujeitos ergativos serão objetos profundos (a não ser, e mesmo aí com reservas) nas construções chamadas ‘anti-causativas’ (Idem, p.53).

No entanto, em páginas seguintes, admite esse paralelismo.

Como já vimos, designamos por “construções ergativas” aquelas em que, na realização não transitiva de um verbo transitivo, o CD ocorre como sujeito [...] (ibidem, p.65).

O autor critica também atribuir aos verbos ergativos a impossibilidade de formação deverbal em – or, defendida por Mira Mateus et Alii. Vilela e Lyons mencionam que o A1 das construções ergativas apresenta o traço ‘paciente’. Quando há a presença de ‘ator’, Lyons diz que o estado de coisas se daria mesmo sem a intenção desse ‘ator’.

De acordo com esses autores, os predicadores aqui estudados não apresentam vários dos traços necessários para que possam ser considerados verbos ergativos. Vejamos quais os que identificamos e quais os que se encontram ausentes.

Por exemplo, nas realizações dos predicadores *medir* e *pesar* encontra-se o paralelismo sintático sugerido por Mira Mateus et Alii e por Lyons. Já para os predicadores *custar* e *durar*, não temos esse paralelismo, embora não possam ser apassiváveis e seu A1 apresente traços de ‘paciente’.

Tomemos como exemplo as frases 23 *O bebê mediu 50 cm ao nascer* e a frase 25 *O bebê pesou 3 kg ao nascer*. Ambas apresentam um A1 paciente, [+animado] [+humano], mas não-agentivo. Nesse caso, A1 compartilha propriedades significativas com o argumento interno A2 dos predicadores transitivos *medir* e *pesar* em *A enfermeira mediu o bebê* e *A enfermeira pesou o bebê*.

Como se atribui a A1 o papel de ‘afetado’ pelo processo, ou seja, ele não é ‘culpado’, não há intencionalidade, poder-se-ia designar os predicadores *medir* e *pesar*, nas realizações estativas, como verbos ergativos por apresentarem esse traço prototípico da ergatividade.

No entanto, não podemos dizer que nas realizações estativas dos predicadores *medir* e *pesar* esses predicadores são realizações intransitivas, uma vez que já ficou comprovado que o elemento à direita desses predicadores, complemento de medida e peso, é obrigatório para que a sua realização frásica seja possível sintática e semanticamente, o que coloca um impasse.

Embora se possa até ver um certo relacionamento sintático entre os A1 dos verbos *medir* e *pesar* e seus A2 nas realizações acima e um traço de distinção ‘ator’ - ‘meta’, pois A1 é não-agentivo, ou seja, não há intencionalidade por parte do *bebê*, seria precipitado enquadrá-los como verbos ergativos. Poder-se-ia até dizer que há

um certo grau de ergatividade, mas essa questão merece ser um pouco mais investigada.

Um outro exemplo que vale a pena mencionar é com o predicador *pesar* em sua realização intransitiva, ou seja, o lexema verbal exige o preenchimento apenas de A1 – *A mala pesa*. Nessa realização, A1 é inanimado, não-agentivo, porém, não há um paralelismo possível. Esse paralelismo está impossibilitado pelo fato de o verbo *pesar* estar em seu sentido de *ter peso/ser pesado*.

Na ótica da *Gramática Funcional de Halliday* (1994, p.161-163), em um sentido abstrato, os processos verbais se estruturam da mesma forma, distinguindo-se em apenas uma variável. Essa variável refere-se à fonte do processo, ou seja, o que foi que o ocasionou. Portanto, todo processo tem associado a si um participante que é a figura chave naquele processo, aquela figura chave através da qual o processo é atualizado e sem a qual esse processo não existiria: o **Meio**. O Meio seria então o participante indispensável à realização do processo, por meio do qual este se realiza. Em outras palavras, é nele que o processo ocorre.

A partir dessa abordagem, Halliday postula que todos os processos verbais podem ser analisados tanto transitiva quanto ergativamente. A abordagem transitiva dos processos traz uma distinção entre ‘ator’ e ‘objetivo’. Nessa abordagem a pergunta é: a ação se estende ou não para além do participante ativo? Já na perspectiva ergativa, focaliza-se o fato de que o processo pode acontecer por si só ou pode ter sido causado. No segundo caso, o da causação, a pergunta seria: o processo foi realizado por um determinado participante ou por alguma outra entidade? Isso quer dizer que na forma ergativa o processo é acompanhado por um participante obrigatório ‘afetado’ (o Meio) e um ‘causador’ opcional. Como exemplos podemos dizer:

125 – Patrícia cozinhou o arroz esta manhã.

125a – O arroz cozinhou.

126 – A unha rasgou o tecido.

126a – O tecido rasgou.

Ao realizar uma interpretação transitiva dessas frases temos:

125 – Patrícia	cozinhou	o arroz	esta manhã.
125a – O arroz	cozinhou.		
Ator	Processo material	Objetivo	Circunstância

126 – A unha	rasgou	o tecido.	
126a – O tecido	rasgou.		
Ator	Processo material	Objetivo	

Na interpretação ergativa, temos:

125 – Patrícia	cozinhou	o arroz	esta manhã.
126 – A unha	rasgou	o tecido.	
Agente	Processo Material	Meio	Circunstância

125a – O arroz	cozinhou.
126a – O tecido	rasgou.
Meio	Processo

Como se pode observar da interpretação das frases acima o processo permanece o mesmo, ou seja, o predicator usado é o mesmo em todos os casos, mas as estruturas variam para refletir se o processo ocorreu por si só ou se foi causado, ou seja, para refletir a presença ou ausência de causação. Pode-se observar também que nas frases 125 e 126 o objetivo (*o arroz e o tecido*) se tornou o ator das frases 125a e 126a. No entanto, esta análise da interpretação transitiva deixa de contemplar o fato de que, em ambos os casos, o ‘cozinhar’ e o ‘rasgar’ aconteceram no *arroz* e no *tecido*, respectivamente, ou seja, o ‘hóspede’ do processo de ‘cozinhar’ e de ‘rasgar’ é *o arroz* e *o tecido* em ambas as frases e, portanto, há a presença de um participante externo a esse processo que é o causador dele.

A interpretação ergativa identifica esse participante externo, cujo papel é causar que o processo aconteça (*Patrícia e A unha*). Para o participante que funciona como a causa externa o autor sugere o termo *Agente*. O modelo semântico de ergatividade está muito próximo do conceito de causação.

Em outras palavras, no modelo semântico do processo de transitividade, o ator faz alguma coisa, a qual pode ou não afetar um outro participante, o *Objetivo*. A partir da perspectiva do processo de ergatividade, por outro lado, o *Meio* ‘hospeda’ um processo, que pode ou não ser causado por um outro participante, o *Agente*. Observe-se que os exemplos acima sugerem que a ergatividade está tipicamente associada com algum tipo de mudança de estado e as mudanças podem ser causadas por forças externas ou não.

Embora para Halliday, todos os processos possam ser analisados a partir de ambas as perspectivas, para os verbos *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* fica difícil enquadrá-los como verbos ergativos, uma vez que não me parece haver um *Meio* através do qual o processo se realize. Não me parece haver um processo que foi causado ou se causou.

4.5

Os processos relacionais

Um dos sete tipos de processos identificados por Halliday (1994, p.119) é o *Processo Relacional*. A principal característica dos Processos Relacionais é a de relacionar um Participante⁵ à sua identidade ou descrição. Os Processos Relacionais envolvem ‘estados de ser’ (incluindo *ter*), ou seja, há um relacionamento que é estabelecido entre duas idéias. Em outras palavras, na sua essência, eles declaram que alguma coisa *é/foi/será* e, portanto, freqüentemente os Processos Relacionais são descritos como processos de ‘*ser*’. Mas há outros predicadores que também

⁵ Na terminologia de Halliday, um *Participante* pode ser uma pessoa, um lugar ou um objeto e na gramática da frase o participante é atualizado por um grupo nominal.

relacionam um Participante a uma descrição e são usados para identificar algo ou para atribuir uma qualidade a alguma coisa, sendo a função do predador a de simplesmente sinalizar a existência desse relacionamento.

Os tipos específicos de relacionamentos que estão refletidos na língua são: *intensivos*, *possessivos* ou *circunstanciais*, o que resulta em um paradigma de seis possibilidades: o processo relacional atributivo pode ser intensivo, possessivo e circunstancial e, nesse caso, A1 é *portador* e A2 *atributo*; o processo relacional identificador pode ser intensivo, possessivo e circunstancial e, nesse caso, A1 é *token*⁶ e A2 *valor* (Halliday, 1994, p.119-120).

127 – O citoplasma Portador	é atributivo:intensivo	um tipo de material gelatinoso. atributo
128 – As células Portador	têm atributivo:possessivo	núcleo. atributo
129 – O núcleo Token	é identificador:intensivo	o cérebro da célula. valor
130 – Todas as células Token	contêm identificador:possessivo	citoplasma. valor
131 – A clara Token	cerca identificador:circunstancial	a gema. valor

Os Processos Relacionais são usados em assuntos relacionados a áreas como as de ciências, geografia, matemática e economia. É através desses Processos que essas áreas criam um vocabulário técnico ordenado e uma forma de classificar o mundo. Em outras palavras, eles são fundamentais para as áreas acima mencionadas na construção do mundo.

⁶Halliday define *Token* como o sinal, nome, forma, ocupante e *Value* como a função referente ou status. O valor será mais abstrato e geral e fornecerá a categoria. Já *Token* é mais concreto, mais específico.

Nos Processos Relacionais Atributivos, uma entidade tem alguma qualidade atribuída a ela, o *Atributo*. A entidade para a qual essa qualidade é atribuída denominamos o *Portador*. Em outras palavras, está sendo conferido um *atributo* a alguma entidade.

Nos Processos Relacionais Identificadores, alguma coisa tem uma identidade referida a ela. E o que isso quer dizer é que uma entidade está sendo usada para identificar a outra: ‘*x* é identificado por *a*’, ou ‘*a* serve para definir a identidade de *x*’. Estruturalmente, o elemento ‘*x*’, a ser identificado, é chamado de *identificado*, e o elemento ‘*a*’, que serve como identidade, como o *identificador*.

132 – A reunião de hoje	representa	a última chance de um acordo.
Identificado	processo:intensivo	identificador
133 – Carro	se soletra	‘carro’.
Identificado	processo:intensivo	identificador

Os predicadores intensivos expressam uma relação entre um complemento A1 e um complemento A2. Essa relação se dá de tal forma que A2 se refere à mesma entidade A1 expressando uma qualidade ou propriedade dessa entidade. Os complementos A2 de predicadores intensivos denotam *o que A1 é* ou *o que A1 se torna*. Note-se que, o elemento frásico que funciona como o atributo de A1 denota o que a entidade denotada pelo elemento frásico funcionando como A1 é ou se torna (van Ek & Robat, 1985, p.1.27).

Com base no exposto, podemos enquadrar os verbos *medir, pesar, custar e durar* como verbos intensivos, expressando os processos relacionais de atribuição.

134 – A mala	<i>pesou</i>	30 kg.
A1 = Portador	processo relacional intensivo	A2= atributo do portador

135 – O tapete	<i>mede</i>	2 metros quadrados.
A1 = Portador	processo relacional intensivo	A2 = atributo do portador
136 – Este livro	<i>custa</i>	R\$ 10,00.
A1 = Portador	processo relacional intensivo	A2 = atributo do portador
137 – O encontro	<i>durou</i>	três horas.
A1 = Portador	processo relacional intensivo	A2 = atributo do portador

Note-se que, semanticamente, o processo expresso pelos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* estabelece uma relação intensiva entre o complemento A1 e o complemento A2. Em outras palavras, esses predicadores ligam A1 a um tipo de qualidade expressa em A2, estabelecendo uma relação intensiva entre A1 e A2. Essa relação é intensiva no sentido de que esses predicadores atribuem a A1 uma característica quantitativa que o identifica, ou seja, algum tipo de atributo ao A1. A2 se refere à entidade de A1 através da expressão de uma qualidade dessa entidade e A1 serve apenas de suporte dessa qualidade, estabelecendo essa relação intensiva.

Devido à sua relação com A1, um complemento A2 de um predador intensivo pode ser chamado de *atributo* de A1 e pode-se dizer que esse elemento frásico de A2 está codificado como parte do significado do predador que pode ser parafraseado com o verbo ‘ser’ mais alguma especificação extra.

Por exemplo, o elemento frásico *30kg* é uma medida de peso, *2 metros quadrados* é um elemento frásico de medida de tamanho, o termo *R\$10,00* é uma medida de valor, e o elemento frásico *três horas* é uma medida de tempo. Se se pensar no caso dos relacionamentos possessivos, verificamos que esses elementos frásicos denotativos de medida revelam uma propriedade, um domínio, ou seja, algo possuído pode ser visto como um tipo de atributo. Em outras palavras, a coisa possuída, ou seja, os elementos frásicos de medida (inclusive tamanho, valor e medida de tempo) é uma parte inerente do possuidor e este é o ‘portador’ do atributo, no caso A1. Esse atributo é uma propriedade ou qualidade que é parte inerente de A1, ou seja, estão, por natureza, ligados de forma inseparável aos seus portadores.

Os atributos e os portadores estão ligados pelos predicadores relacionais. Esses predicadores apresentam um determinado significado que não está totalmente expresso no atributo. Por exemplo, o predicador *medir* tem associado a si uma idéia de medida, o predicador *pesar* uma idéia de pesagem, o predicador *custar* uma idéia de valor e o predicador *durar* uma idéia de tempo.

Comparemos agora outros exemplos que expressam essa mesma condição de ‘relação’.

138 – Meu irmão se chama Pedro.

139 – O diretor foi eleito presidente.

Nos exemplos acima, os atributos (Pedro e presidente) não expressam totalmente o significado dos predicadores (*chamar* e *eleger*), mas estão ligados a eles de forma intensiva. Isto quer dizer que o predicador *chamar* tem associado a si a idéia de um nome e o predicador *eleger* tem associado a si um determinado cargo (no caso *presidente*).

Uma relação intensiva pode ser expressa de diversas formas e pode haver mais de um significado para o mesmo lexema verbal, embora ele possa se apresentar da mesma forma morfológica (lexical).

140 – Os alpinistas chegaram são e salvos.

141 – Os alpinistas chegaram cedo pela manhã.

A partir da descrição desenvolvida acima, pode-se verificar que os predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* se realizam de formas semanticamente distintas. Os predicadores *medir* e *pesar* têm realizações acionais e estativas e os predicadores *custar* e *durar* somente se realizam estativamente. Nesse sentido, esses predicadores são seguidos de elementos frásicos que denotam quantidade de medida específica e também são usados em outros contextos sintáticos, especialmente como

predicadores estativos, ou seja, esses elementos frásicos ocorrem freqüentemente, por exemplo, após predicadores como *ser* e *ter* ou como adjuntos adnominais dos complementos A1, o que de certa forma vem contribuir para a descrição de que se trata de uma propriedade inerente.

142 – É um carro *de trinta mil reais*.

143 – O corredor tem *cinco metros*.

144 – (medir) Uma ponte *de 7 metros* foi construída aqui.

145 – (pesar) Uma mala *de 30 quilos* foi encontrada no aeroporto.

146 – (custar) Uma pulseira *de 10.000 reais* foi sorteada no Bingo.

147 – (durar) Um filme *de 3 horas* é um filme longo.

O dinamismo do predicator *medir*, *pesar*, *durar* e *custar* determina o preenchimento dos espaços ou lugares vazios à direita e à esquerda, exigindo também que haja um relacionamento semântico entre esses complementos. A peculiaridade que os distingue dos outros predicadores é o fato de que, embora sua estrutura sintática seja semelhante, esta não é suficiente para dar conta de uma análise mais profunda se não for contemplado o relacionamento semântico entre seus componentes, característica indispensável à realização dos predicadores aqui estudados.

Cabe ressaltar, mais uma vez, a importância de se acrescentar à análise sintática uma visão semântica, justificada pela comprovação de que há um relacionamento sintático-semântico imprescindível à co-corrência dos elementos frásicos. Assim, podemos confirmar que frases como as abaixo são impossíveis ou improváveis de ocorrerem.

148 - *A criança *custou* 10.000 reais.

149 - ? O bebê *durou* 2 horas.

Na primeira frase o predicador *custar* denota em seu sema uma atribuição de valor que não é comum a seres humanos. Porém, essa frase também não seria de todo impossível em um contexto de negociação de crianças, para o qual se atribuiria um valor no sentido de se tratar de um produto negociável.

A segunda frase pode-se realizar em um contexto onde se esteja utilizando o sentido de *durar* como o de sobreviver e dessa forma, mais uma vez confirmamos o relacionamento do predicador *durar* com seu complemento A1 e com o seu complemento A2.

Da mesma forma, apresentamos abaixo frases cujo relacionamento entre seus elementos não produzem frases aceitáveis.

150 - *O carro *custou* a beleza.

151 - *A excursão *durou* o cinzeiro.

Como se pode observar há restrições semânticas de co-ocorrência importantes nas frases 150 e 151 no plano da realização. Em outras palavras, essas delimitações ou restrições de significado que existem na língua são responsáveis pela possibilidade ou impossibilidade de, na frase, determinadas formas ocorrerem relacionadas a outras.

A valência dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* nas realizações apresentadas nesta dissertação estabelece a relação semântica que deverá existir entre A1 e A2 sob pena de não haver compreensão, ou seja, de se realizar uma frase inaceitável. O que se estabelece é uma relação de dependência semântica entre o A1 e o A2 regida pelo predicador de forma que a existência de um está condicionada à existência do outro e vice-versa.

Os predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* como centros estruturais e semânticos da frase, estabelecem os traços semânticos que seus complementos, ou seja, A1 e A2, devem apresentar, estabelecendo também uma relação desse acontecer verbal com seus actantes. Por outro lado, esses elementos significativos dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* também determinam a relação dos complementos com o predador e a relação entre si.

Mais uma vez se está diante do fato de que se levarmos em conta, sob a perspectiva de uma análise sintático-semântica, em primeiro lugar, a valência verbal do predador da frase em questão, em segundo lugar as relações estabelecidas entre o predador e seus argumentos ou actantes, assim como e principalmente também as relações estabelecidas entre esses argumentos entre si, verifica-se que, embora semelhantes, as estruturas sintáticas sozinhas revelam muito pouco.

Para que se possa determinar se os actantes das frases realizadas com os verbos aqui estudados são obrigatórios ou facultativos, submeti os exemplos ao teste comprobatório da obrigatoriedade de A2 e verifiquei que sua elisão provoca inaceitabilidade por parte dos falantes.

152 - *A ponte *mede*

153 - *?A mala *pesa*

154 - *O carro *custa*

155 - *A reunião *durou*

Os quatro predicadores, portanto, selecionam, no mínimo, 2 argumentos ou actantes obrigatórios que formam o quadro ou ‘frame’ onde se configurará o ‘estado de coisas’ instalado por eles para que se realize o conteúdo proposicional (Vilela e Kock, 2001, p.357). Esses elementos frásicos são, portanto, indispensáveis à complementação verbal.

4.6

Os complementos A2 com determinação adverbial

Vilela (1992, p. 73) situa os complementos A2 dos verbos *medir*, *pesar*, *custar*, *comportar*, *importar*, etc. em um área sintático-semântica entre complemento direto e adverbial, por serem predicadores que tanto podem ser realizados como verbos acionais e estativos e por misturarem propriedades típicas de complementação direta e típicas de determinação adverbial.

Vilela e Kock (2001, p.373) atribuem aos elementos frásicos exigidos pela valência verbal que equivalem a um advérbio uma “determinação adverbial”, ou seja, seriam actantes com determinação adverbial de medida o complemento A2 das frases 156 e 157 de nossos exemplos.

156 – A bicicleta pesa *sete quilos* (actante com determinação adverbial de medida)

157 – A rua mede *cinco metros* (actante com determinação adverbial de medida)

4.7

Algumas considerações preliminares

Como se pode observar do exposto neste capítulo, o comportamento dos complementos dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* apresentam semelhanças e diferenças no que tange a algumas das possíveis classificações a eles atribuídas pela tradição gramatical. O A2 dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* apresentam alguns traços relativos à complementação direta tradicional: ocorrem à direita de seus predicadores, sem mediação de preposição.

Contudo, quando tentei verificar os traços de objeto direto constatee que os complementos dos predicadores acima citados não compartilham de traços como os de apassivização, interrogação do objeto direto e cliticização. Dessa forma, não se

pode classificá-los como objetos diretos. Ao testar se esses complementos se enquadrariam na classificação de adjuntos adverbiais também pude verificar que não apresentaram tais traços.

Trata-se, portanto, de um termo argumental, porque aparece solicitado ou regido pelo significado lexical referido no predicator. Está condicionado pelas relações sintáticas e semânticas do predicator com comprovação através dos testes de omissão. Este termo não goza de liberdade de colocação na frase. Em outras palavras, sua posição é sempre à direita do predicator que complementa, pois são as características sintáticas e semânticas dos predadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* que impedem a liberdade de posicionamento desse argumento.

O predicator *medir* pede uma complementação de medida referente a tamanho; o predicator *pesar* pede uma complementação de medida referente a peso, o predicator *custar* uma complementação de medida referente a valor e o predicator *durar* pede um complemento de medida de tempo.

Neste capítulo apresentei também uma proposta de análise dos verbos objeto deste estudo com base na teoria da gramática funcional hallidiana, identificando-os como verbos intensivos, cujos argumentos estão intrinsecamente relacionados de forma que A2 é atributo de A1 e por sua vez A1 é portador desse atributo.